



**PREFEITURA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**Discurso do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, na solenidade de entrega do projeto de lei que cria a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo**

*(20/2/14, às 19h, na Praça das Artes)*

Boa noite a todas e todos.

Eu queria dizer para vocês que é uma satisfação imensa participar deste ato hoje. Eu quero agradecer a presença de todos e de todas em nome da nossa querida Clara Charf, em nome de quem eu cumprimento todos os familiares de mortos e desaparecidos políticos presentes nesse ato maravilhoso; quero agradecer o prefeito Fernando Haddad, nosso companheiro, prefeito que tem desde o início me cobrado um efetivo trabalho no sentido de construirmos a Comissão Municipal da Verdade, já que era seu compromisso de campanha e seu compromisso de governo; quero também agradecer a presença do vereador Gilberto Natalini, presidente da Comissão Municipal da Verdade da Câmara de Vereadores; eu quero também agradecer o nosso secretário Paulo Frateschi, em nome de quem agradeço todos os meus colegas secretários da Prefeitura de São Paulo; eu quero agradecer também todos os vereadores aqui presentes; quero agradecer meu querido amigo Paulo Vannuchi, ministro dos Direitos Humanos e atual representante do Brasil na Organização dos Estados Americanos – OEA; quero agradecer a presença significativa e importante do Ivo Herzog, nosso companheiro Ivo, que é um grande batalhador do direito à memória e à verdade; em nome deles quero cumprimentar todos aqui presentes. Quero agradecer a presença dos representantes das comissões da verdade que estão aqui hoje representadas; quero agradecer a presença do senador Eduardo Suplicy; quero agradecer a presença do Pedro Dallari, representante da Comissão Nacional da Verdade; e agradecer a presença da Amelinha, representando aqui os familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Prefeito, este é um momento muito especial para a nossa gestão aqui na nossa cidade de São Paulo, um dos legados da recém-criada Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. É verdade que ainda é um primeiro passo, mas já muito importante para a história e para a reconstrução da memória da Cidade e da Prefeitura de São Paulo, uma luta do movimento social em nosso país.

A criação da Comissão da Memória e da Verdade da Prefeitura é compromisso assumido pelo prefeito Fernando Haddad desde a campanha, reafirmado no Programa de Metas da nossa cidade. O envio do projeto de lei à Câmara é parte desse compromisso, que esperamos completar no marco do Cinquentenário do Golpe Militar. Nossa resposta ao Cinquentenário do Golpe é que nós ainda queremos a verdade, nós buscamos a verdade e nós vamos perseguir a verdade até o último dia das nossas vidas. Esta é a primeira e a mais importante de todas as ações previstas pela Prefeitura para lembrar essa data.

Avaliamos com cuidado a necessidade de existir uma comissão da Prefeitura, quando já havia em São Paulo tantas outras dedicadas ao tema e desenvolvendo um trabalho extremamente relevante. O movimento social e mesmo as outras comissões defenderam essa institucionalidade, pois seria a única do Poder Executivo, com a possibilidade de “olhar para dentro da nossa casa”, para revisar os arquivos e ouvir antigos funcionários, para ajudar a conhecer sua participação nesse período.

Infelizmente, São Paulo foi palco de terríveis violações aos direitos humanos durante a ditadura militar. Mais de 20% dos mortos e desaparecidos registrados no Brasil concentram-se exclusivamente aqui na Cidade. Aqui operava o DOPS, aqui operava o DOI-CODI, a Operação Bandeirantes, o sítio 31 de março, usado pelo Fleury. Foi aqui o massacre da Lapa, foi aqui a repressão aos operários da Vila Maria Zélia, a Batalha da Maria Antônia, a invasão da PUC. Aqui foi encontrada a vala clandestina, no Cemitério Dom Bosco, em Perus.

São diversas as evidências de intensa participação da Prefeitura nessa história, violando direitos e colaborando com a repressão. Muitos funcionários sofreram algum tipo de perseguição política durante esse período – estão aqui hoje, por exemplo, os ex-funcionários da antiga CMTC, que me apresentaram pessoalmente seus depoimentos emocionados. Os cemitérios municipais foram envolvidos, há denúncias de que equipamentos públicos municipais tenham sido usados como locais de prática

de tortura. Temos a obrigação, enquanto poder público, de revisar tudo isso e ouvir todos os que têm algo a dizer sobre a São Paulo daquela época.

A gestão da prefeita Luíza Erundina avançou muito nesse processo, assumindo pela primeira vez o compromisso público com o tema. Foi no governo dela que se descobriu a Vala Clandestina de Perus, com nosso companheiro Rui Alencar à frente do Serviço Funerário na época, e se instalou a CPI de Perus.

Desta ação específica, temos hoje 1.049 restos mortais que ainda aguardam passar pelo processo de identificação. Reafirmo que temos compromisso absoluto com a retomada das identificações, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem a competência legal para isso, e contará com todo o nosso esforço para, de uma vez por todas, conseguirmos chegar a conclusões definitivas.

Esses são passos iniciais para dissipar a nuvem de silêncio que sombreou mais de vinte anos da nossa história. O Estado, seja município, estado ou união, ainda deve tantos esclarecimentos aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos; aos militantes que sofreram todos os abusos e atrocidades praticadas pelo poder público na época. Precisamos avançar muito mais, precisamos trazer respostas concretas, construir políticas permanentes de memória e verdade. Isso só é possível com um pacto republicano, um compromisso suprapartidário.

Não é apenas aos familiares que devemos essas explicações. Todos os cidadãos paulistanos têm o direito a conhecer a verdade sobre sua história, não apenas aqueles que viveram isso na pele. Entender o que significou viver vinte anos de autoritarismo é fundamental para valorizar e consolidar a nossa democracia.

Não encarar as violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado tem diversos efeitos nefastos, inclusive no contexto de violência atual. Temos índices alarmantes de homicídios da juventude negra e de periferia pelas mãos do Estado, naturalizado pelo passado autoritário e acostumado à impunidade de seus agentes.

Criar a comissão do Executivo parte do reconhecimento das responsabilidades da Prefeitura, do dever de reconhecer o seu papel nesse período e elucidar as violações sofridas ou praticadas por seus agentes. Seu desenho toma como base a estrutura da Comissão Nacional da Verdade e procura avançar a partir da experiência do governo federal. De forte caráter investigativo, ela será composta por 5 membros, assessores e

uma secretaria-executiva. Terá duração de dois anos renováveis por mais um ano e produzirá relatórios parciais ao longo do percurso. Sempre que possível, as audiências serão públicas e a coordenação será permanente. A Comissão também não partirá do zero. Tomará como base relatórios das demais comissões e contribuições da sociedade civil, como o recém-disponibilizado acervo do Brasil Nunca Mais Digital.

Destaco, por fim, meus prezados companheiros e companheiras, que há na Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania uma Coordenação de Políticas pelo Direito à Memória e à Verdade, coordenada pela minha querida companheira Carla Borges, a quem eu agradeço imensamente toda sua dedicação e empenho nesse trabalho de construção da nossa Comissão da Verdade. E essa coordenação trabalhará com ações estruturantes, de entregas, para fazer esse tema chegar às salas de aula, revisar o nome das ruas que ainda prestam homenagens aos torturadores, ajudar a organizar os arquivos municipais e ajudar a construir marcos simbólicos nos sítios de memória. Sobretudo, a Coordenação deve garantir que os familiares e militantes do tema sejam ouvidos por todas as esferas públicas, para que se consiga avançar com a efetividade devida.

Precisamos trabalhar juntos para avançar na construção da verdade e da memória na nossa cidade de São Paulo, contando a história e buscando repactuar com o passado, repactuar com o presente e repactuar com o futuro. As feridas abertas afetam a todos nós e temos o compromisso de ajudar neste processo estruturante da democracia.

Muito obrigado e forte abraço a todos!